

L E I Nº 1.371/79

Data: 13 de novembro de 1979.

Súmula: Estima a Receita e fixa a despesa do Município para o exercício financeiro de 1980.

A Câmara Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, decretou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

L E I

Artigo 1º - O Orçamento Geral do Município, para o exercício financeiro de 1980, discriminado pelos anexos integrantes desta Lei, estima a Receita e fixa a despesa em Cr\$ 72.000.000,00 (setenta e dois milhões de cruzeiros).

Artigo 2º - A Receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da Legislação vigente e de acordo com o seguinte desdobramento:

1 – RECEITAS E RECOLHIMENTO CENTRALIZADO

1.1 RECEITAS CORRENTES Cr\$ 66.068,00

Receita Tributária Cr\$ 8.117.900,00

Receita Patrimonial Cr\$ 10.000,00

Receita Industrial Cr\$ 300.000,00

Transferências Correntes Cr\$ 56.330.100,00

Receitas Diversas Cr\$ 1.310.000,00

1.1 RECEITAS DE CAPITAL Cr\$ 5.932.000,00

Operações de Crédito Cr\$ 140.000,00

Alienação de bens móveis e imóveis Cr\$ 20.000,00

Transferências de Capital Cr\$ 5.772.000,00

Artigo 3º - A despesa será realizada segundo discriminação constante dos quadros que integram a Lei, e terá o seguinte desdobramento:

1 – DESPESAS POR FONTES DE RECURSO

1.1 Programação à conta de recursos de outras fontes Cr\$ 62.262.100,00

Total de despesas por fontes de recursos Cr\$ 72.000.000,00

2 – DESPESAS POR ÓRGÃO

2.1 – ÓRGÃO LEGISLATIVO Cr\$ 1.997.300,00

2.2 – Órgão Executivo Cr\$ 70.002.700,00

Executivo Municipal Cr\$ 2.115.300,00

Departamento Administrativo Cr\$ 2.968.000,00

Departamento de Obras e Serviços Urbanos Cr\$ 36.360.000,00

Departamento de Educação e Cultura Cr\$ 18.303.900,00

Departamento de Saúde e Serviço Social Cr\$ 3.190.000,00

TOTAL: Cr\$ 72.000.000,00

Artigo 4º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar operações de Crédito por antecipação da Receita, de acordo com o artigo 67 da Emenda Constitucional nº 01, de 17 de outubro de 1969.

Artigo 5º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar operações de Crédito até o limite de cento e quarenta mil cruzeiros (Cr\$ 140.000,00) para atender o equilíbrio orçamentário.

Artigo 6º - Os órgãos da administração indireta e Fundações instituídas pelo Município, terão, na forma da Lei, orçamentos próprios e elaborados pelos respectivos órgãos de deliberação coletiva e aprovados por Decreto do Chefe do Executivo Municipal, sendo que a Receita será formada pelas rendas próprias, contribuições municipais, estaduais, federais e outras receitas correntes e de capital, e as despesas serão classificadas de acordo com a discriminação adotada para o orçamento Geral do Município.

Parágrafo Único – Os orçamentos próprios de que trata este artigo, poderão ser suplementados por Decreto do Chefe do Executivo Municipal, servindo como recursos os constantes do § 1º do artigo 43, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.

Artigo 7º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Créditos Suplementares nos limites e com as seguintes finalidades:

I – Para atender despesas vinculadas à Receita, até o limite do excesso de arrecadação efetiva das Receitas a que estiverem vinculadas.

II – Para atender quaisquer despesas até o limite de 30% da despesa orçamentária, servindo como recurso dos constantes do artigo 43, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.

III – Para atender despesas com as Fundações instituídas pelo Município, até o limite de 20% das dotações consignadas nos respectivos orçamentos a títulos de transferências Correntes e de Capital a favor das mesmas, servindo como recurso as fontes indicadas no artigo 43, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.

Artigo 8º - A fim de manter atualizados os custos orçamentários de projetos e atividades, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder por Decretos a compensação entre fontes de recursos ordinários e vinculados, que custeiam os programas de trabalho, quando a arrecadação dos vinculados ocorrer de modo diferente da previsão.

Artigo 9º - Esta Lei entrará em vigor no dia 1º de janeiro de janeiro de 1980, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, em 13 de novembro de 1979.

José Fernandes da Silva

Prefeito Municipal